



XVIII Encontro de Extensão Universitária da Universidade Federal de Campina Grande.

Extensão Universitária: Transformando Realidades e Construindo Esperança.

De 18 a 26 de março de 2025.

Campina Grande, Patos, Sousa, Pombal, Cuité, Sumé e Cajazeiras, PB – Brasil.

FORTALECENDO CAPACIDADES PELO DIREITO À CIDADE E PELOS OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Ilana Correia da Silva¹, Allana Julia de Andrade Tavares², Andrey Alves Basílio³, Bárbara Sousa Martins⁴, Maria Alice Silva de Oliveira⁵, Bruna Almeida de Lima⁶, Bruno Silva Barbosa⁷, Demóstenes Andrade de Moraes⁸, Lívia Izabel Bezerra de Miranda⁹ *livia.izabel@professor.ufcg.edu.br*

Resumo: No projeto de extensão ‘Fortalecendo Capacidades pelo direito à Cidade e pelos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável’, que integra o Programa Fortalecendo Capacidades e ações pelo Direito à Cidade, foram compartilhados conhecimentos e instrumentos pedagógicos e políticos a partir de processos dialógicos e em parceria com movimentos e entidades sociais para fortalecer as capacidades e ações de incidência política para a promoção dos direitos à cidade, ao campo, à saúde e dos ODS em Campina Grande - PB.

Palavras-chave: Direito à Cidade, ODS, participação.

1. Introdução

A cidade de Campina Grande, assim como a maioria das cidades brasileiras, enfrenta um histórico de desigualdades e injustiças sociais, as quais têm contribuído com a vulnerabilidade e os riscos associados às condições de vida da sua população, especialmente os que residem nas áreas periféricas e em assentamentos populares. Nesse contexto de desigualdades, o conceito de “direito à cidade”, proposto por Henri Lefebvre (1968; 2001), torna-se uma referência fundamental para as lutas por cidades mais justas e democráticas. Para Lefebvre, esse direito não se limita ao acesso a recursos urbanos, mas engloba a participação ativa na transformação e reinvenção da cidade, como destacado por Harvey (2014).

A proposta do projeto de curso-extensão parte da compreensão do direito à cidade como um horizonte ético-político, portanto, do reconhecimento da necessidade e importância de fortalecer as capacidades dos grupos historicamente discriminados e vulnerabilizados, garantindo sua participação nas decisões sobre o desenvolvimento territorial.

Outro campo fundamental que será considerado no projeto (curso-extensão) é o da Saúde Coletiva, que compreende a saúde de maneira crítica e integrada à estrutura social. Nessa perspectiva, os fenômenos relacionados à saúde e à doença são entendidos como resultados de processos históricos e sociais, refletindo as dinâmicas de produção e reprodução da sociedade (Paim, 2008; Paim e Almeida Filho, 1998). Desse modo, pretende-se estimular a problematização crítica das formas com que a sociedade identifica suas necessidades e problemas de saúde para enfrentá-los (Paim; Almeida

Filho, 1998). As ações de saúde (promoção, proteção, recuperação e reabilitação) são entendidas a partir desta perspectiva como práticas sociais influenciadas por grupos sociais.

A partir dessa abordagem teórica e partindo da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, o projeto se estruturou a partir de um processo formativo dialógico, promovendo o compartilhamento de desafios e ameaças enfrentados pelas comunidades, a troca mútua de saberes e a construção coletiva de conhecimentos científicos, técnicos e populares. Essas ações visaram fortalecer lideranças sociais e associações, incidindo pela garantia de direitos humanos e pelo cumprimento dos ODS, além de estimular a participação política de comunidades em situação de vulnerabilidade socioambiental.

Idealizado por pesquisadores que compõem o Núcleo Paraíba da Rede Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia (INCT) Observatório das Metrópoles, em Campina Grande - PB e estudantes extensionistas da Universidade Federal de Campina Grande, o projeto foi executado com intuito de fortalecer capacidades e lideranças para atuarem na exigibilidade do direito à cidade e dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), sendo desenvolvido juntamente às organizações e atores parceiros que atuam em diversas frentes de lutas. Desta forma, as ações deste projeto tiveram como público-alvo:

i. Ativistas de movimentos que atuam na defesa do direito à cidade, ao campo e aos ODS, os quais corresponderam ao Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST); à Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Campina Grande (Amare-CG) e à Associação das Trabalhadoras Domésticas de Campina Grande (ATDCG);

ii. A comunidade acadêmica, especialmente os estudantes do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFCG, tendo havido também a participação de estudantes de outros cursos, como Enfermagem.

Por meio de processos formativos dialógicos junto aos parceiros, foi possível promover uma troca de saberes, onde os participantes compartilharam os desafios e ameaças enfrentados pelas comunidades em seu cotidiano, além de contribuírem ativamente para a

^{1,2,3,4,5} Estudantes de Graduação, UFCG, Campus Campina Grande, PB. Brasil.

^{6,7} Colaboradores, Arquitetos e Urbanistas, Bolsistas de Extensão EXP C do Observatório das Metrópoles -Paraíba

⁸ Orientador Professor Adjunto, UFCG, Campus Campina Grande, PB. Brasil

⁹ Orientadora e Coordenador/a, Professora Associada, UFCG, Campus Campina Grande, PB. Brasil.

construção coletiva de conhecimentos científicos, técnicos e populares e ações para o fortalecimento das lideranças sociais e associações. A partir destas iniciativas, buscou-se incidir por direitos humanos e pelo cumprimento dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, estimular e incentivar a participação política por meio dos grupos sociais em situação de maior vulnerabilidade socioambiental e ampliar o acesso da população ao Direito à Cidade, ao Campo e à Saúde visando a construção de territórios mais justos, inclusivos e sustentáveis.

2. Metodologia

A metodologia, considerando as abordagens da Teoria Urbana Crítica (BRENNER, 2016), da Ecologia Política (LIPETZ, 2002) e da Saúde Coletiva (PAIM; ALMEIDA FILHO, 1998), partiu da perspectiva da extensão como lócus privilegiado da interação entre universidade e sociedade para problematização crítica sobre questões estruturais, conjunturais e específicas e para a construção coletiva de alternativas sociopolíticas para o enfrentamento das causas dos principais problemas sociais. No caso brasileiro, as desigualdades, injustiças e opressões multidimensionais (de classe, gênero, raça, etnia, sexualidade, territoriais etc.) que se expressam no campo e na cidade.

O programa priorizou a realização de todas as iniciativas em parceria com os participantes do projeto, por meio de processos dialógicos críticos e participativos e partiu: da experimentação e da socialização de saberes (científicos, técnicos e populares); de práticas e experiências diversas de aliados, parceiros e participantes; da construção coletiva, crítica e problematizadora, de conhecimentos que possam contribuir à transformação das realidades locais, principalmente para a construção de territórios na cidade e no campo democráticos, justos e inclusivos e para a garantia de direitos em Campina Grande.

O ponto de partida foi a práxis pedagógica consubstanciada no princípio presente no artigo 207 da Constituição Federal de 1988 e no Plano Nacional de Extensão Universitária, referente à indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão no ensino superior. Assim, foram consideradas a interdisciplinariedade e a relação bidirecional com a sociedade. Para Freire (1996, p. 76) o compromisso com o conhecimento deve estar voltado para uma “ação transformadora”, “ dialógica” e da “práxis” como forma de atuação na e para a sociedade.

Ao longo de 2024, a construção coletiva do projeto permitiu a articulação entre a universidade, entidades e organizações da sociedade civil para definir conjuntamente as temáticas prioritárias dos materiais e atividades formativas. Como resultado desse diálogo, foram firmadas parcerias com o Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST), a Associação de Catadoras e Catadores de Materiais Recicláveis de Campina Grande (Amare-CG) e a Associação das Trabalhadoras Domésticas de Campina Grande. A partir dos encontros realizados, foi possível identificar os principais temas de interesse, os quais nortearam a formulação da metodologia do processo formativo e a

elaboração do caderno. Esse processo, de caráter teórico e prático, materializou-se na realização de duas oficinas em cada uma das organizações parceiras, totalizando seis encontros. Nessas atividades, estudantes de graduação, integrantes do Núcleo Paraíba do Observatório das Metrópoles e demais colaboradores desempenharam papel fundamental na condução dos debates e sistematização das discussões, garantindo um espaço dinâmico de troca de conhecimentos e fortalecimento das redes de atuação. A metodologia do curso-extensão compreendeu um conjunto de atividades principais descritas a seguir:

Atividade 1. Formação de comitês pedagógicos, com integrantes do Núcleo Paraíba do Observatório e das entidades parceiras para planejamento, organização, monitoramento e avaliação das atividades desenvolvidas, considerando conteúdos e condições operacionais para sua realização.

Atividade 2. Mobilização e inscrição de participantes do curso-extensão.

Atividade 3. Elaboração de referências e instrumentos pedagógicos digitais sobre o direito à cidade e ao campo, saúde coletiva, os direitos à água e saneamento e à moradia, soberania alimentar, os ODS e outros conteúdos propostos pelo comitê pedagógico.

Atividade 4. Desenvolvimento de processo formativo dialógico organizado por meio de articulação com os parceiros Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Associação de Catadoras de Materiais Recicláveis de Campina Grande (Amare-CG) e Associação das Trabalhadoras Domésticas de Campina Grande (ATDCG), com troca de saberes acadêmicos, técnicos e populares e construção coletiva de conhecimentos.

O curso-extensão foi realizado de forma articulada com um projeto que está sendo realizado em parceria com a rede BrCidades e a FioCruz, como um processo formativo coletivo, dialógico e participativo a partir de duas articulações: com o MST e com as comunidades urbanas trabalhadas nos projetos de extensão de Mapeamentos Participativos e Monitoramento Colaborativo.

Atividade 5. Oficinas de propostas para fortalecer as lutas, garantir direitos no campo e na cidade e integrar o caderno de formação a ser realizado no projeto em parceria com a rede BrCidades e a FioCruz.

Atividade 6. Avaliação e elaboração de relatório do curso-extensão.

3. Resultados e Discussões

A metodologia adotada no projeto permitiu que fossem compartilhados saberes e que fossem construídas coletivamente oportunidades para que atores sociais, principalmente os que se encontram em situação de desvantagem e vulnerabilidade socioambiental, pudessem ser reconhecidos como sujeitos políticos e de direitos e buscassem suas emancipações sociopolíticas. Dessa forma, criou-se um espaço de democratização do conhecimento e protagonismo dos participantes dos movimentos coletivos.



Figura 1 - Oficinas com o MST. Fonte: Acervo Observatório das Metrópoles, Núcleo Paraíba. Autoria de Bárbara Sousa Martins, 2024.

O processo formativo constituiu-se por oficinas que promoviam exposições com temas pré-definidos e debates decorrentes destes, havendo a exposição dos desafios enfrentados pelas associações, dificuldades encontradas no cotidiano dos participantes do curso-extensão e troca de saberes acadêmicos, técnicos e populares. Além destas, houve também oficinas que promoveram debates sobre as condições de urbanização das cidades e levantaram propostas que integrarão o caderno de formação a ser realizado no projeto em parceria com a rede BrCidades e a FioCruz. Houve seis oficinas no total, realizadas em três associações (MST, Amare-CG e ATDCG), havendo em média a participação de 24 pessoas em cada oficina.



Figura 2 - Oficina com a Amare. Fonte: Acervo Observatório das Metrópoles, Núcleo Paraíba. Autoria de Bárbara Sousa Martins, 2024.

O programa contou com três temas principais: Direito à Cidade, Direito ao Campo e Direito à Saúde Coletiva, tendo sido abordados por três estudantes de graduação, dois pesquisadores do Observatório das Metrópoles - Núcleo Paraíba e por uma integrante do MST. O tema do Direito à Cidade, porém, foi dividido em subtemas, estruturados de forma flexível, de forma que fossem adaptados de acordo com as características dos participantes das oficinas e com as demandas de cada

movimento coletivo. Dessa maneira, foram abordados, por exemplo, aspectos como função social da cidade e da propriedade, direito à moradia, direito ao trabalho, direito a um meio ambiente saudável e sustentável, direito à participação política, dentre outros.

As oficinas propositivas foram conduzidas por estudantes de graduação e integrantes do Observatório das Metrópoles - Núcleo Paraíba, que através de perguntas norteadoras, levantaram análises coletivas participativas e críticas dos participantes do curso-extensão sobre as condições desiguais de urbanização, infraestruturais, de acesso à saúde coletiva, de serviços e de garantia do direito à cidade, dos direitos à água e saneamento e à moradia e da promoção dos ODS nos assentamentos e territórios populares no campo e na cidade.



Figura 3 - Oficinas com a ATDCG. Fonte: Acervo Observatório das Metrópoles, Núcleo Paraíba. Autoria de Bruna Almeida de Lima, 2024.

Além das oficinas realizadas, também foi promovida a segunda edição da Jornada Universitária da Reforma Agrária (JURA) na UFCG, com coordenação de Bárbara Martins (Observatório das Metrópoles e Br Cidades Núcleo Campina Grande). Foi realizada uma roda de conversa com o tema “Lutas do Campo e da Cidade” a partir de debates promovidos por atores participantes dos seguintes movimentos sociais: Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB, Movimento de Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos - MTD, Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas - MLB e Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra - MST.

No evento, os movimentos tiveram a oportunidade de relatar suas lutas e desafios na garantia de direitos tanto no campo quanto na cidade, além de abordar as aproximações e articulações entre essas lutas na promoção da justiça social no Brasil. Foi enfatizada a importância da construção coletiva, do engajamento e do trabalho de base no processo formativo dos sujeitos e também foi ressaltada a necessidade de conscientizar a sociedade e o papel fundamental que a cultura desempenha nesse processo.



Figura 4 - II Jornada Universitária da Reforma Agrária (JURA) na UFCG. Fonte: Acervo Observatório das Metrópoles, Núcleo Paraíba.

As ações realizadas ao longo do projeto ampliaram os espaços de escuta dos desafios enfrentados pela população, promoveram importantes trocas de saberes e debates sobre a realidade da cidade e possibilitaram debates e construção coletiva de propostas para melhorias no campo e na cidade, a fim de diminuir a desigualdade existente e promover a equidade, para que toda a população usufrua do direito à cidade.

4. Conclusões

Em um cenário de crescentes desigualdades socioespaciais, este projeto de extensão promoveu o fortalecimento de capacidades de lideranças e organizações para ações de incidência política, defesa de seus direitos, promovendo a participação de grupos socioambientalmente mais vulneráveis e estimulando o engajamento político na busca por melhorias nos contextos urbano e rural.

Esta iniciativa dá voz às comunidades, promovendo a ampliação dos espaços de participação política e a construção coletiva de soluções para desafios locais. Dessa forma, contribui para uma maior democratização da cidade e possibilita que os moradores atuem de maneira mais ativa na sua transformação, evidenciando a importância da participação de toda a sociedade no planejamento urbano e a necessidade de que o Poder Público considere as demandas de cada território na formulação das Políticas Públicas.

O curso de extensão “Fortalecendo Capacidades pelo Direito à Cidade” foi uma iniciativa importante no que diz respeito à descentralização das ações político-educativas das universidades, promovendo a formação de atores sociais capacitados para a incidência política em defesa do direito à cidade. As temáticas abordadas, além de sua relevância, foram muito bem recebidas pelos participantes, gerando debates ricos ao longo das atividades. Além disso, o público das oficinas participou ativamente, contribuindo para a construção de uma metodologia e materiais de formação que poderão ser replicados em futuros processos formativos dialógicos.

Observa-se, assim, a importância da continuidade e ampliação desse projeto a fim de consolidar parcerias e formar novas pontes entre a Academia e a comunidade, contribuir para o fortalecimento de capacidades de outras

grupos, entidades e movimentos sociais populares em prol de territórios mais democráticos, justos, inclusivos e sustentáveis.

5. Referências

- [1] BRENNER, N. O que é teoria crítica urbana? In: @emetropolis: Revista eletrônica de estudos urbanos e regionais. nº 3, ano 1, dezembro 2010. Disponível em: <http://emetropolis.net/artigo/17?name=o-que-e-teoria-critica-urbana>. Acesso em: 13 de dezembro de 2016.
- [2] BRENNER, N. et al. Cities for People, not for Profit: Critical Urban Theory and the Right to the City. New York and London: Routledge, 2012.
- [3] CARTA MUNDIAL PELO DIREITO À CIDADE. Quito: Fórum Social das Américas, jul. 2004; Barcelona: Fórum Mundial Urbano, sept. 2004; Porto Alegre: V Fórum Social Mundial, jan. 2005. Karachi, Bamako e Caracas: Fórum Social Mundial Policêntrico, jan. 2006.
- [4] HARVEY, D. Cidades Rebeldes. São Paulo: Martins Fontes, 2014.
- [5] LEFEBVRE, H. O Direito à cidade. São Paulo: Centauro, 2001.
- [6] PAIM, J. S.; ALMEIDA FILHO, N. Saúde coletiva: uma “nova” saúde pública ou campo aberto a novos paradigmas? Revista de Saúde Pública, São Paulo, v. 32, n. 4, p. 299-316, 1998.

Agradecimentos

Ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), à Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Campina Grande (Amare-CG), à Associação das Trabalhadoras Domésticas de Campina Grande (ATDCG), lideranças, moradores e apoiadores de assentamentos e territórios populares, pelo suporte e colaboração nas oficinas.

Aos participantes e colaboradores da segunda edição da Jornada Universitária da Reforma Agrária (JURA).

À UFCG pela concessão de bolsa por meio da Chamada PROPEX 002/2024 PROBEX/UFCG.